

Brasil separa reservas para pagar juros

Dívida ext.



Ricardo Chaves/AE

Eris, Zélia, Kandir e Dauster anunciam a estratégia para a dívida externa brasileira: passo calculado

Ministra da Economia assina carta de intenção ao FMI e anuncia início da negociação da dívida

BRASÍLIA — O Brasil vai separar de suas reservas cambiais determinada quantia para pagar os juros aos bancos credores do País. Mas o pagamento, de fato, só vai ser feito, como resultado das negociações com o Comitê de Bancos Credores, que começam na primeira quinzena de outubro. A informação foi dada ontem pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, ao assinar, com o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, no ministério, a carta de intenção ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

A decisão de fazer esse provisionamento é um passo calculado da equipe de negociadores da dívida. Segundo fontes do Ministério da Economia, ele foi acertado com o FMI e tem dois significados básicos: indica a intenção de retomar os pagamentos, desde que isso resulte do próprio processo de negociação, e ao mesmo tempo deixa explícito quanto o País dispõe de divisas para honrar seus compromissos. A

ministra da Economia e seus assessores, contudo, não quiseram dizer de quanto, onde e como será feito o provisionamento.

Zélia destacou que, por determinação do presidente Fernando Collor, as negociações com o Clube de Paris e os bancos credores privados que ocorrerão simultaneamente, deverão ser "rápidas, construtivas e definitivas". O prazo para concluir as negociações é fevereiro de 1991, embora Zélia tenha ressaltado que o ideal será concluir todos os entendimentos até dezembro. É uma meta ambiciosa, em comparação com a experiência de países como México e Venezuela, que demoraram mais de um ano para chegar a um acordo com os credores.

A intenção inicial do governo brasileiro era começar as negociações com o Clube de Paris tão logo terminassem os entendimentos com o FMI. Só depois, então, seriam iniciadas as conversas com os representantes dos bancos privados. Mas o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, explicou que o atraso nos entendimentos com o FMI levou o governo a optar por negociações simultâneas com o Clube de Paris, que reúne os credores oficiais do País, e os bancos pri-

vados. Com o Clube, as conversas vão começar entre os dias 22 e 27, durante a reunião do FMI e do Banco Mundial, em Washington. Com os bancos a negociação terá início no começo de outubro.

O comitê assessor de bancos credores será o canal de negociação. O governo abandonou a idéia de negociar separadamente com os bancos. Agora, o Brasil vai aumentar o número de representantes de bancos no comitê, hoje restrito a 16 instituições. Nas primeiras reuniões com o comitê, o País vai apresentar uma proposta de negociação. A carta de intenção enviada ao FMI menciona uma série de opções a ser oferecida aos credores, incluindo, segundo Kandir, operações de redução da dívida e conversão da dívida em investimentos.

Os US\$ 2,16 bilhões que o FMI vai liberar para o Brasil, conforme está previsto na carta de intenção, poderão ser utilizados na recompra de títulos da dívida brasileira, a exemplo do que fez o México. Mas isso, segundo Antônio Kandir, é uma opção brasileira.

□ **Leia mais informações sobre dívida externa e as integrais da carta de intenção do memorando técnico nas páginas 6, 7 e 8.**